

A inserção profissional de egressos de cursos de Licenciatura em Música: um estudo com instituições de ensino superior do estado do Paraná

Solange Maranhão Gomes¹

UNESPAR-CAMPUS II- Faculdade de Artes do Paraná (FAP)
solmaranho@gmail.com

Resumo: Este trabalho apresenta uma pesquisa de doutorado em andamento, cujo objetivo geral é investigar a inserção profissional dos egressos dos cursos de licenciatura em música das instituições de ensino superior públicas do estado do Paraná, formados de 2009 a 2014. Os objetivos específicos deste estudo são: examinar a situação profissional dos egressos; analisar a relação entre a situação profissional dos licenciados e a formação acadêmica e identificar suas condições de trabalho. O conceito de inserção profissional está sendo construído com base nas abordagens de autores como Alves (2003), Dubar (2001), Franzi (2006), Galland (2000), Rocha-de-Oliveira (2012) e Trottier (1998). O método escolhido para esta investigação foi o survey, também denominado de levantamento de campo. A investigação será realizada por meio de questionários auto-administrados via internet, destinados a todos os egressos dos cursos de licenciatura em música das instituições de ensino superior do Paraná, formados entre 2009 e 2014. Ao fornecer dados acerca da inserção profissional de licenciados em música, como suas escolhas profissionais e os espaços profissionais que ocupam, esta pesquisa permitirá conhecer fatores envolvidos no processo de inserção profissional de licenciados em música, o que, além de possibilitar o mapeamento das atividades profissionais desses egressos, poderá contribuir para aprofundar a reflexão acerca da formação do professor de música.

Palavras chave: Inserção profissional de licenciados em música; espaços profissionais em educação musical; estudos sobre egressos.

Introdução

Este trabalho relata alguns apontamentos da pesquisa de doutorado em música que estou desenvolvendo, cujo tema é a inserção profissional dos egressos dos cursos de licenciatura em música das instituições de ensino superior do Paraná.

¹ Doutoranda em Música, área de concentração Educação Musical pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob a orientação da professora Dra. Luciana Del-Ben. Mestre em Música pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora de música da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) CAMPUS II-FAP.

Esse tema se relaciona com políticas públicas que se direcionam tanto para a avaliação dos cursos de graduação (as orientações legais acerca da avaliação interna de instituições de ensino superior são indicadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior-Sinaes)² e também para a formação de professores de música com o objetivo de atuação na educação básica. O instrumento legal que determina essa formação é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), acompanhada de outros documentos que normatizam e orientam a organização curricular dos cursos de licenciatura, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (BRASIL, 2002a) e a resolução que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior (BRASIL, 2002b).

A aprovação da Lei nº 11.769/2008 (BRASIL, 2008) veio fortalecer o ensino de música nas escolas de educação básica. Essa Lei, que alterou o Artigo 26 da LDB, significou uma mudança em relação à obrigatoriedade do ensino de música na escola de educação básica, pois determinou que a música deve ser conteúdo obrigatório, porém não exclusivo, do componente curricular arte. Embora a lei não determine que o ensino de música deva ser ministrado por professores com formação específica na área, significou um avanço, na medida em que a música na escola se pautou como obrigatória, o que tem gerado debates e reflexões desde então, envolvendo escolas, professores de música e pesquisadores. Dessa maneira, a legislação educacional brasileira, nos seus diferentes documentos, respalda a formação de professores e o ensino de música nas escolas da educação básica.

Investigadores têm igualmente buscado averiguar a presença de professores de música na educação básica (ANDRAUS, 2008; DEL-BEN, 2005; FIGUEIREDO, 2006; HUMMES, 2004; PENNA, 2002, 2008; RIBEIRO et al., 2003; TOURINHO, 2006). Essas pesquisas, realizadas em diversas localidades brasileiras, têm demonstrado a escassez de professores

² Os processos avaliativos do Sinaes são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes). A operacionalização é de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). <http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes>. 08/10/2013.

de música nos diferentes níveis da educação básica, quer seja pela presença da polivalência no ensino de artes e pela falta de concursos, quer seja pela a falta de estrutura adequada para as aulas de música, entre outros problemas que têm afastado os professores de música da escola.

Alguns trabalhos mais recentes têm investigado aspirações e expectativas de atuação profissional de licenciandos em música, como é o caso da pesquisa de Figueiredo e Soares (2012), também relatada por Soares et al. (2014), realizada com 1924 estudantes de cursos de licenciatura em música de diversas regiões brasileiras. Os autores destacam que apenas 28% dos estudantes participantes declararam desejar atuar como professores de música na educação básica.

Del-Ben (2010, p. 391), ao pesquisar as expectativas de atuação profissional de nove licenciandos matriculados em diferentes etapas do curso de licenciatura em música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), observou que os estudantes vislumbram várias possibilidades de atuação profissional e a educação básica “é vista somente como mais um dos vários espaços de atuação. Eles também gostariam de atuar como músicos, professores de instrumento, percepção ou harmonia, de atuar em escolas de música e projetos sociais, além da educação básica”. A autora afirma que a educação básica atrai a maioria dos entrevistados pela segurança de um trabalho estável e, nesse sentido, a “Lei nº 11.769/2008 foi mencionada como chance de mais oportunidade de trabalho” (Ibid., p. 394)

Gomes (2008), ao investigar a concepção filosófica-pedagógica de um curso de licenciatura em música e sua implicação na formação do professor de música, também encontrou expectativas de atuação profissional dos estudantes, principalmente a associação do perfil de professor de música ao do professor de instrumento. Os estudantes questionavam a organização curricular do curso, que priorizava a formação do professor para atuação profissional na educação básica.

Nas pesquisas apresentadas, outros espaços de atuação, além da educação básica, estão presentes nas falas dos estudantes quanto às suas expectativas de atuação profissional. Esses espaços são reconhecidos pelos próprios projetos pedagógicos dos cursos

de licenciatura, considerando que o campo de atuação do professor de música é bastante amplo, constituído de múltiplos espaços (BELOCHIO, 2003; DEL-BEN, 2003; GROSSI, 2003; SOUZA, 2003), entre os quais estão os conservatórios, universidades, escolas livres de música, instituições culturais, organizações não governamentais, estúdios de gravação, orquestras e outros espaços não formais de educação.

O perfil profissional de formação do professor de música, com ênfase na atuação na educação básica, mas também preparado para atuar em outros espaços educativo-musicais, é descrito por Queiroz e Marinho (2005), ao apresentarem o projeto político pedagógico do curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Os autores esclarecem que o objetivo geral do curso é “habilitar professores para o ensino de música, capacitando-os para atuação em escolas de educação básica, escolas especializadas da área e demais contextos de ensino e aprendizagem em música” (QUEIROZ; MARINHO, 2005, p. 86).

Vale ressaltar que a maioria dos trabalhos sobre a presença de professores nas escolas é da primeira metade da década de 2000. Estudos mais recentes investigam expectativas e aspirações profissionais de licenciandos em música, e não a atuação profissional de licenciados. A partir da literatura revisada, também é possível constatar que não se tem ao certo os destinos profissionais dos egressos de cursos de licenciatura em música. Não se sabe se os licenciados em música, de fato, não estão nas escolas de educação básica ou em que espaços estão trabalhando, já que faltam dados sistematizados e abrangentes sobre a atuação desses egressos. Tendo por base esse cenário, esta pesquisa tomou como ponto de partida a seguinte questão: em que espaços atuam os egressos de cursos de licenciatura em música?

Estudos de/com/ sobre egressos

Além dos estudos sobre a presença/ausência dos licenciados em música na educação básica e outros espaços profissionais, realizei ampla revisão de literatura acerca de estudos sobre egressos. As leituras me propiciaram o acesso a conceitos que envolvem o estudo de egressos, como empregabilidade, mundo do trabalho, mercado de trabalho,

atuação profissional, inserção profissional, bem como profissionalização docente, políticas públicas de formação, legislação educacional. Entre outros aspectos, também pude identificar quais as metodologias de pesquisa são regularmente empregadas nos estudos com egressos. Observei que as pesquisas com egressos são muito utilizadas nos estudos avaliativos de políticas públicas, programas ou de cursos, bem como na verificação da relação entre formação e trabalho e, ainda, nas pesquisas sobre a inserção profissional dos egressos no mercado de trabalho.

Considerados esses estudos, decidi orientar minha pesquisa para a inserção profissional de egressos de cursos de licenciatura em professores de música, cujo tema ainda é pouco estudado na área de educação musical no Brasil.

Entre os vários aspectos da inserção profissional de egressos, observados nesses estudos, destaco a complexidade do tema e a relação entre formação e inserção profissional. A complexidade do tema é dependente da compreensão tanto das características dos sujeitos, suas referências familiares e sociais, como das condições do mercado de trabalho. Embora as condições do mercado de trabalho sejam importantes para a inserção profissional, as reações dos sujeitos não são homogêneas diante de um mesmo contexto, pois os egressos reagem diferentemente diante das circunstâncias que se apresentam na entrada da vida ativa.

Quanto à relação entre a formação recebida e a inserção profissional no mercado de trabalho, nem sempre está estabelecida uma correspondência direta, pois, apesar de os egressos avaliarem positivamente a formação, há relatos indicando dificuldades de inserção profissional, atribuídas a vários fatores, como condições de trabalho, instabilidade da carreira, baixos salários e ausência de concursos públicos, que podem desestimular ou retardar a inserção profissional.

A identificação desses aspectos me auxiliou a problematizar a inserção profissional dos egressos dos cursos de licenciatura em música, foco desta pesquisa. Foi possível, então, ampliar a questão inicial – em que espaços atuam os egressos dos cursos de licenciatura em música –, indagando: como acontece a inserção profissional dos egressos de cursos de licenciatura em música? Qual é a relação entre a situação profissional dos licenciados e a

área de formação acadêmica? Como são suas condições de trabalho? Essas questões me levaram a os seguintes objetivos de pesquisa:

Objetivo Geral:

- Investigar a inserção profissional dos egressos dos cursos de licenciatura em música das instituições de ensino superior públicas do estado do Paraná, formados de 2011 a 2014.

Objetivos Específicos:

- Examinar a situação profissional dos egressos;
- Analisar a relação entre a situação profissional dos egressos e sua formação acadêmica.
- Verificar as condições de trabalho dos egressos.

Fundamentação teórica

A inserção profissional é temática recente de pesquisa, tendo surgido na França, em meados de 1970. De acordo com Alves (2003, p. 8):

a temática da inserção profissional emerge como tema de preocupação social e objecto de debate científico a partir sobretudo dos anos 70, devido a mudanças económicas e sociais que então têm lugar e que alteram profundamente as formas de transição para a vida activa e as articulações entre educação e trabalho/emprego.

Rocha-de-Oliveira (2012) explica que a expressão “inserção profissional” substitui a expressão “entrada na vida adulta,” utilizada na França na década de 1960. Naquele período, o início da vida ativa profissional dos jovens foi tema de estudos que investigaram em quais condições acontecia a entrada de jovens operários mais desfavorecidos na vida ativa profissional (p. 125).

Dubar (2001), a esse respeito, afirma que, antes da década de 1970, na França, os jovens, ao obter um diploma tanto de ensino superior como de outros níveis de ensino, tinham automaticamente assegurado o seu emprego. Em casos de jovens provindos de

classes populares, a entrada em uma fábrica ou em um escritório vinha logo em seguida da saída da escola primária. Para os jovens que tinham realizado cursos mais longos, como o ensino médio ou a universidade, a aprovação em concursos ou cargos em empresas estavam plenamente assegurados (p. 24).

Esse mesmo autor afirma que esse modo de relação entre a formação e o trabalho se desenvolveu durante quase todo o século XX, mas que, nos últimos vinte e cinco anos desse mesmo século, ocorrem transformações que alteram a situação de “passagem” quase automática entre formação e trabalho. A posse de um diploma não assegura mais, de maneira quase automática, a entrada em um emprego que corresponda ao nível de diploma adquirido. A concorrência sobre os empregos se intensifica, ao mesmo tempo em que mudam os critérios das empresas e dos empregadores que abandonam, em parte, o critério de qualificação, isto é, o nível de formação sancionado por um diploma pelo critério de competência. Ter competência implica ter experiência profissional juntamente com qualidades pessoais como autonomia, senso de responsabilidade e comprometimento com a empresa (p. 25).

Assim, surge, segundo Dubar (2001), um espaço intermediário entre a escola e a entrada em um trabalho, em uma idade considerada também como intermediária entre a adolescência e a idade adulta. Nesse espaço, a busca por um emprego é muito competitiva, associada a outros interesses dessa faixa etária, como a escolha de uma parceria amorosa, a saída da casa dos pais para um espaço próprio, a decisão de fundar ou não uma família. Conforme Dubar (2001, p. 26, tradução nossa): “Este novo espaço é que os franceses têm designado, desde os anos 1970 e 1980, sob o termo inserção, frequentemente associado a esta nova idade que é a juventude”.

Como visto, a problemática da inserção profissional é recente e, conseqüentemente, um objeto de pesquisa ainda em construção, passível de múltiplas interpretações, como a abordagem de Olivier Galland (2000), que perspectiva a inserção profissional como um dos componentes do processo na entrada dos jovens na vida adulta. O autor aponta que “entrar na vida adulta consiste em atravessar um determinado número de etapas – escolares,

profissionais e familiares - que introduzem os indivíduos a novos estatutos” (GALLAND, 2000, p. 14, tradução nossa).

Em outra direção à de Galland (2000), encontra-se a visão de José Rose, não mais sob o ângulo de trajetória individual, porém considerando a entrada na vida profissional como um “fenômeno estruturado socialmente, aquele dos modos e das políticas de gestão da mão de obra”, conforme analisa Trottier (1998, p. 160). Nessa linha de pensamento, o enfoque é colocado sobre o papel das políticas e estratégias do Estado e empresas, conferindo a estas uma importância primordial ao caráter socialmente organizado do processo de transição profissional (ALVES, 2003; FRANZOI, 2006; TROTTIER, 1998).

Assim como a transição profissional pode ser um “período longo e pode se constituir até mesmo como um processo permanente” (FRANZOI, 2006, p. 46), Rose, segundo Franzoi (2006), o toma como seu foco de análise e considera o processo na vida ativa não como de inserção profissional, mas como de transição profissional.

Em outra abordagem, Dubar (2001) problematiza a inserção profissional como o resultado de interações complexas entre dois níveis: o nível institucional (macro), das políticas e dispositivos inseparáveis de uma conjuntura histórica determinada, das relações sociais entre a educação e o trabalho, e o nível individual (micro), relacionado à ação dos atores sociais no processo de inserção, pois estes desenvolvem suas estratégias que se referem aos seus interesses, aos seus valores, aos seus objetivos econômicos, mas também às suas afinidades culturais, aos seus recursos, mas também aos percursos individuais (DUBAR, 2001, p. 34).

Rocha-de Oliveira (2012, p. 130), a respeito dessa abordagem, afirma que:

A proposta de Dubar (2001) amplia a discussão sobre inserção profissional principalmente ao considerar que o conceito também está inserido em um contexto sócio-histórico, assumindo contornos diferenciados em cada país. Além disso, o autor contribui para a discussão metodológica do tema, a qual foca numa abordagem relacional baseando-se tanto na história biográfica dos atores quanto nos aspectos institucionais que influenciam e organizam o período de inserção de modo mais amplo.

A noção de inserção profissional assim pode ser entendida como um processo complexo, pois acontece, segundo Alves (2003, p. 218) sob dois sentidos, distintos, porém

complementares. O diacrônico, “porque a transição do espaço educativo para o espaço profissional é cada vez mais um período que tende a alongar-se no tempo e a complexificar-se.”; e o sincrônico, porque a inserção não pode ser reduzida aos percursos dos diplomados, mas considerar tanto as orientações e valores das instituições de ensino superior como do funcionamento do mercado de trabalho.

Concordo com Alves (2003, p. 218) quando afirma:

[...] salientamos que o conceito de inserção profissional não diz respeito apenas a aspectos referentes às articulações entre educação e emprego (no sentido de vínculo, contratual, regime de trabalho e outras variáveis que caracterizam a situação perante o emprego), mas também engloba elementos relacionados com a articulação entre as características da preparação para a vida profissional e o tipo de actividade profissional desempenhada pelos diplomados.

Metodologia

Considerando os objetivos da pesquisa, foi escolhido como método o survey, também denominado de levantamento de campo. Uma das vantagens desse método, indicada na literatura, é a quantificação, isto é, a possibilidade de os dados obtidos mediante surveys possibilitarem a análise estatística, podendo inclusive ser possível conhecer a margem de erro dos resultados obtidos. Babbie (1999), discutindo as características científicas da pesquisa de survey, destaca que esse método tem um formato que possibilita novas pesquisas a partir dos dados obtidos. O autor (1999, p. 84) afirma que, “já que a pesquisa de survey envolve a coleta e quantificação de dados, os dados coletados se tornam fonte permanente de informações”. Assim, a qualquer momento, replicações podem ser feitas por outros pesquisadores a partir dos dados obtidos.

A investigação será realizada por meio de questionários autoadministrados, enviados pela internet a todos os egressos dos cursos de licenciatura em música das instituições de ensino superior do Paraná, formados entre 2009 e 2014. O recorte da pesquisa se justifica pela publicação da Lei nº 11.769 de 2008, que orienta sobre a inclusão da música como conteúdo obrigatório na educação básica. Outro critério adotado deve-se ao fato de que todos os cursos estudados de licenciatura em música devem se adequar às mudanças legais

preconizadas. Verificados os projetos políticos pedagógicos dos cursos, constatei que, em 2006, todos os cursos pesquisados tinham sua adaptação curricular realizada segundo a legislação educacional vigente.

Assim, serão convidados a participar da pesquisa os egressos dos cursos de licenciatura em música, formados entre 2009 e 2014, das seguintes universidades públicas do Paraná: Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) Campus I – Escola e de Música e Belas Artes do Paraná (EMBAP) e Campus II – Faculdade de Artes do Paraná (FAP); Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Considerações finais

Considerando que este trabalho encontra-se em andamento e que a pesquisa de campo está em construção, ainda não tenho os dados que levarão a uma interpretação da realidade a ser estudada. No entanto, acredito que, ao fornecer dados acerca da inserção profissional de licenciados em música, como suas escolhas profissionais e os espaços profissionais que ocupam, esta pesquisa permitirá conhecer fatores envolvidos no processo de inserção profissional de egressos de cursos de licenciatura em música, o que, além de possibilitar o mapeamento das atividades profissionais desses egressos, poderá contribuir para aprofundar a reflexão acerca da formação do professor de música.

Referências

ALVES, Mariana Gaio. A inserção profissional de diplomados de ensino superior numa perspectiva educativa: o caso da Faculdade de Ciências e Tecnologia. *Tese* (Doutorado em Ciências da Educação). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2003.

ANDRAUS, Gisele Crosara. Um olhar sobre o ensino de música em Uberlândia (MG). *Revista da ABEM*, Porto Alegre, n. 19, p. 65-73, mar. 2008.

BABBIE, Earl: *Métodos de pesquisa de survey*. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro. A formação profissional do educador musical: algumas apostas. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, n. 8, p.17-24, mar. 2003.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 11.769 de 18 de ago. de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, 19 ago. 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n 01, de 18 de fevereiro de 2002 Institui Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n 02, de 18 de fevereiro de 2002 Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

DEL-BEN, Luciana. Múltiplos espaços, dimensionalidade, conjunto de saberes: ideias para pensarmos a formação de professores de música. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, n.8, p. 29-32, 2003.

_____ Um estudo com escolas da rede estadual de educação básica de Porto Alegre/RS: subsídios para a elaboração de políticas de educação musical. *Música Hodie*. v. 5, n. 2 , p. 65-89, 2005.

_____ Formar o professor/formar-se professor: ideias de licenciandos para pensar a licenciatura em música. In: *Anais do XX Congresso da ANPPOM*, p. 391-395, 2010.

DUBAR, Claude. La construction sociale de l'insertion professionnelle. *Education et Sociétés*, n.7, p. 23-36, 2001.

FIGUEIREDO, Sérgio Luiz Ferreira de. Currículos de música: uma proposta da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC . *Revista Nupeart*, Florianópolis, v.4, n.4, p. 1-26, set. 2006

FIGUEIREDO. Sérgio; SOARES, José. Desafios para a implementação metodológica de pesquisa em larga escala na educação musical. *Opus*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 257-274, jun. 2012

FRANZOI, Naira Lisboa. *Entre a formação e o trabalho: trajetórias e identidades profissionais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

GALLAND, Olivier. Entrer dans la vie adulte: des étapes toujours plus tardives, mais resserrées. *Economie et statistique*, n. 337-338, p. 13-36, 2000.

GOMES, Solange Maranhão. A formação de professores de música da Faculdade de Artes do Paraná: concepções filosófico- pedagógicas. *Dissertação* (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal da Bahia-UFBA, Salvador/BA, 2008.

GROSSI, Cristina. Reflexões sobre atuação profissional e mercado de trabalho na perspectiva da formação do educador musical. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, n. 8, p. 87-92, mar. 2003.

HUMMES, Júlia Maria. As funções do ensino de música na escola, sob a ótica da direção escolar: um estudo nas escolas de Montenegro. *Dissertação*(Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre/RS, 2004.

PENNA, Maura. Professores de música nas escolas públicas de ensino fundamental e médio: uma ausência significativa. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, n. 7, p.7-19, set. 2002.

PENNA, Maura. Caminhos para a conquista de espaços para a música na escola: uma discussão em aberto. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, n. 19, p. 57-64, mar. 2008.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva; MARINHO, Vanildo Mousinho. Educação musical nas escolas de educação básica: caminhos possíveis para a atuação de professores não especialistas. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, n. 17, p. 69-76, set. 2007.

RIBEIRO, Sônia et. al. A situação do ensino de arte na educação básica das escolas de Uberlândia – MG: reflexões para educação musical e a pedagogia teatral. In: Anais do XII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Educação Musical, p. 464-491, Florianópolis, 2003.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. Inserção profissional: perspectivas teóricas e agenda de pesquisa. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 124-135, jan./mar. 2012 .

SOARES, Jose et.al. Os resultados da pesquisa. In: SOARES, Jose; SCHAMBECK, Regina FINK; FIGUEIREDO, Sérgio (Org.) *A formação do professor de música no Brasil*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, p.51-66.

SOUZA, Cássia Virgínia Coelho de. Atuação profissional do educador musical: a formação em questão. *Revista da ABEM*. Porto Alegre, n. 8, p. 107-109, mar. 2003.

TOURINHO, Cristina. Espaços e ações profissionais para possíveis educações musicais. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, n. 15, p. 7-10, set. 2006.

TROTTIER, Claude. Emergência e constituição do campo de pesquisa sobre inserção profissional. In: DESAUNIERS, Julieta Beatriz Ramos (Org.) *Formação & trabalho & competência: questões atuais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 133-178.